

Telefônica

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentados de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS) e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Finalmente, a administração da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO									
Ativo circulante	859.399	523.002	585.828	101.785		803.349	504.140	546.562	26.408
Caixa e equivalentes de caixa	4	133.262	76.590	-	13	43.950	19.257	26.408	-
Contas a receber	5	368.612	168.684	199.855	14	376.589	214.735	236.850	-
Créditos com partes relacionadas	25	8.373	13.134	13.134	6	30.677	2.859	3.715	-
Despesas antecipadas	8	305.430	238.690	244.521	15	11.028	11.258	12.907	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	1.111	786	786	16	8.806	119	119	-
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	22.622	24.408	24.892	-	-	-	-	-
Outros ativos	9	19.989	710	855	-	-	-	-	-
Ativo não circulante	446.617	296.929	355.598	197.859		352.312	290.678	369.751	97
Realizável a longo prazo	170.342	100.040	100.038	-		150.255	25.113	25.113	-
Despesas antecipadas	8	2.328	977	-	-	-	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	237	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	76.824	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	26	2.475	1.840	1.840	13	33.641	-	-	-
Outros ativos	9	88.478	97.223	97.221	6	-	33.051	12.414	-
Investimentos	10	-	153.626	-	16	28.219	180	97.390	-
Imobilizado	11	43.550	16.645	17.597	17	251.381	256.389	258.889	-
Intangível	12	232.725	26.618	237.963	18	2.745	961	961	-
					26	8.431	-	-	-
						267	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO						1.155.661	794.818	916.313	916.313
Patrimônio líquido						150.255	25.113	25.113	-
Capital social	19	213.236	104.000	104.000	19	213.236	104.000	104.000	-
Reserva de capital	19	(3.109)	(3.109)	(3.109)	19	(3.109)	(3.109)	(3.109)	-
Prejuízos acumulados		(59.772)	(75.778)	(75.778)		(59.772)	(75.778)	(75.778)	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.306.016	819.931	941.426		1.306.016	819.931	941.426	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Recíta operacional líquida	20	1.725.853	1.180.841	1.947.351	1.244.499
Custos dos serviços prestados	21	(1.616.251)	(1.127.761)	(1.797.727)	(1.176.228)
Lucro bruto	109.102	(31.903)	53.080	149.624	68.271
Despesas operacionais	(114.116)	(31.903)	(152.138)	(47.413)	(15.500)
Despesas com comercialização	21	(68.224)	(14.085)	(73.622)	(15.500)
Despesas gerais e administrativas	21	(14.745)	(14.594)	(76.819)	(32.518)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(855)	655	(1.697)	605	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(30.292)	(3.879)	-	-
Lucro (prejuízo) operacional	(5.014)	21.177	(2.514)	20.858	1.036
Resultado financeiro, líquido	22	(9.990)	989	(15.551)	21.894
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(15.004)	22.166	(18.065)	21.894	21.894
Imposto de renda e contribuição social	6	28.230	(14.354)	31.291	(14.082)
Lucro líquido do exercício	13.226	7.812	13.226	7.812	7.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		13.226	7.812	13.226	7.812
Outros resultados abrangentes líquidos que não podem ser reclassificados para resultado em exercícios subsequentes		(200)	30	(200)	30
Ganhos (perdas) atuariais e efeitos da limitação de ativos dos planos superavitários	24	(275)	30	(275)	30
Tributos	6	75	-	75	-
Resultado abrangente do exercício		13.026	7.842	13.026	7.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos tributos		(15.004)	22.166	(18.065)	21.894
Ajustes de:					
Depreciações e amortizações	21	16.934	8.670	23.651	11.577
Variações cambiais de empréstimos, financiamentos e instrumentos derivativos	17	243	2.598	243	2.598
Variações monetárias de ativos e passivos	49	704	49	2.603	1.625
Resultado de equivalência patrimonial	10	30.292	3.879	-	-
Perdas estimadas para a redução do valor recuperável	21	21.836	2.804	21.899	2.135
Saldo contábil a receber	66.452	28.163	66.452	28.164	-
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	24	(235)	16	(235)	16
Provisões para demandas tributárias, trabalhistas e cíveis	(94)	399	(94)	399	-
Despesas de juros e variação cambial com instrumentos financeiros derivativos	13.826	(3.200)	13.826	(3.200)	-
Despesas de juros (empréstimos, financiamentos, arrendamentos e outros credores)	17	18.005	5.929	18.363	6.002
Outros	5	775	5	775	(77)
Contas a receber	(150.766)	1.901	(155.308)	(1.424)	-
Tributos a recuperar	5.529	(3.146)	2.200	(3.442)	-
Despesas antecipadas e outros ativos	(62.623)	(55.629)	(63.512)	(60.316)	-
Pessoal, encargos e benefícios sociais	4.135	1.396	12.750	3.754	-
Fornecedores	24.810	(38.044)	41.448	(34.965)	-
Pagamentos de provisões para demandas tributárias, trabalhistas e cíveis	(145)	(150)	(145)	(150)	-
Impostos, taxas e contribuições	1.033	2.925	2.447	3.326	-
Receitas difereidas e outros passivos	68.364	48.633	66.467	53.604	-
Caixa gerado nas operações	58.305	7.968	53.060	9.626	9.626
Caixa gerado nas operações	43.301	30.134	34.995	31.520	31.520
Caixa gerado nas operações					
Pagamento de juros sobre empréstimos e arrendamentos	17	(10.061)	(529)	(10.544)	(529)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(28.001)	(9.762)	(28.001)	(10.102)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	5.239	19.843	(3.550)	20.889	20.889
Caixa gerado nas operações					
Aquisições de imobilizado e intangível	(12.045)	(2.937)	(12.924)	(3.051)	-
Aumento de capital em controlada	-	(85.007)	-	(59.994)	-
Caixa e equivalentes de caixa por incorporação da IPNET	1.6.1	12.776	-	-	-
Resgate de líquidos de depósitos judiciais	-	9	-	9	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	740	(87.944)	(12.915)	(63.045)	(63.045)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	17	-	90.000	-	90.000
Pagamento de arrendamentos - principal	17	(16.203)	(6.020)	(18.954)	(6.770)
Recebimentos dos instrumentos financeiros derivativos	26	-	1.595	-	1.595
Pagamentos dos instrumentos financeiros derivativos	(6.030)	(5)	(6.030)	(5)	-
Pagamentos de dividendos	(3.950)	-	(3.950)	-	-
Caixa e equivalentes de caixa por incorporação da IoTCo	1.6.2	76.876	-	76.876	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	50.693	85.570	47.942	84.820	84.820
Aumento no caixa e equivalentes de caixa, líquidos	56.672	17.469	31.477	42.664	42.664
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76.590	59.121	101.785	59.121	59.121
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	133.262	76.590	133.262	101.785	101.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social		Reserva de capital		Prejuízos acumulados		Patrimônio líquido	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023		104.000	(3.109)	(83.620)	-	-	-	17.271	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	24	-	-	-	30	30	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	7.812	7.812	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		104.000	(3.109)	(75.778)	25.113	-	-	21.894	-
Aumento de capital por incorporação da IoTCo	1.6	109.236	-	-	2.980	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes - planos de previdência e outros benefícios pós-emprego	24	-	-	-	(200)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	13.226	13.226	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		213.236	(3.109)	(59.772)	150.355	-	-	150.355	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remuneração dos passivos de arrendamento.

A Companhia atua como arrendatária em contratos de imóveis. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem substancialmente pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, pela rescisão do contrato de arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com spread de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de remuneração são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o spread de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

h) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

• Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

• Ativos intangíveis de vida útil indefinida (ágios) não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na

continuação

Telefônica

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Consolidado				
	Vida útil indefinida		Vida útil definida		
	Ágio	Carteira de clientes	Softwares	Outros ativos intangíveis	Marcas
Saldo em Taxa anual de amortização (%)					
Em 31 de dezembro de 2024		20,00	20,00	20,00	16,67
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	371	-	-
Combinação de negócios - IPNET (nota 1.b)	174.439	28.749	-	-10.099	27.136
Amortização (nota 20)	-	(1.437)	(114)	(505)	(775)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	174.439	27.312	257	9.594	26.361
Saldos em 31 de dezembro de 2024					
Custo	174.439	28.749	569	10.099	27.136
Amortização acumulada	-	(1.437)	(312)	(505)	(775)
Total	174.439	27.312	257	9.594	26.361

13. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Salários e remunerações	2.511	217	2.411	217
Encargos e benefícios sociais	24.661	10.876	14.823	10.876
Participação de empregados nos resultados	15.588	8.164	15.588	8.164
Planos de remuneração baseados em ações (nota 23)	2.133	97	2.133	97
Obrigações trabalhistas (i)	26.685	-	26.685	-
Total	71.578	19.354	66.502	26.505
Circulante	43.950	19.257	43.950	19.257
Não circulante	27.628	-	22.552	-

(i) Refere-se ao saldo de obrigações trabalhistas identificadas com a conclusão das alocações do PPA da combinação da IPNET.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Forneceores diversos (Opex, Capex e Serviços) - Terceiros	341.594	184.417	206.532	184.417
Forneceores com empresas do grupo (nota 25)	34.995	30.318	30.318	30.318
Total	376.589	214.735	236.850	214.735
Circulante	376.589	214.735	376.589	214.735
Não circulante	-	-	-	-

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PIS e COFINS	2.812	4.237	5.166	4.237
ISS	6.293	3.466	4.186	3.466
Outros tributos sobre importação	214	3.400	3.400	3.400
ICMS e outros tributos	1.709	155	1.555	155
Total	11.028	11.258	12.907	11.258

16. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

a) Composição e movimentação

A seguir, apresentamos o quadro com a composição e movimentação das provisões, cujo desfecho desfavorável é considerado provável:

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, ARRENDAMENTOS E OUTROS CREDORES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos (a.1)	1.587	924	2.511	12.425
Empréstimos e financiamentos (a.2)	15.504	156.883	172.387	3.892
Instituições financeiras (a.2.1)	1.761	1.761	-	-
Passivos pela aquisição da IPNET (a.2.2)	13.743	156.883	170.626	3.892
Outros credores (a.3)	2.553	93.574	96.127	2.126
Mútuo TC&CT (a.3.1)	731	48.566	49.297	710
Mútuo Telefônica Brasil (a.3.2)	1.822	15.008	46.830	1.416
Total	19.644	251.381	271.025	18.443

a.1) Arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária de contrato de arrendamento de imóvel. A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 é de 37,8% com prazo médio de vencimento de 1,5 anos (taxa média anual ponderada de 6,48% e prazo médio de vencimento de 1,8 anos em 31 de dezembro de 2024). A seguir, apresentamos os saldos dos arrendamentos a pagar:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Valor nominal a pagar	3.170	13.467
Despesa financeira não realizada	(659)	(277)
Valor presente a pagar	2.511	13.190
Circulante	1.587	12.425
Não circulante	924	765

a.2) Empréstimos e financiamentos

a.2.1) Instituições financeiras

A IPNET, empresa adquirida pela CloudCo Brasil em 2024, possui empréstimo bancário junto à Caixa Econômica Federal, com remuneração de CDI + 2,82% a.a. Os juros e o principal são pagos em parcelas mensais, tendo por vencimento da parcela final, 17 de julho de 2026.

a.2.2) Passivos pela aquisição da IPNET

O montante da contraprestação total transferida pela aquisição em 2024 da IPNET pela CloudCo Brasil, incluídos os ajustes de preços acordados entre as partes, foi de R\$223.799, sendo atualizado pela variação da taxa IPCA / SELIC ocorrida entre a data da transação e o respectivo pagamento. Deste montante, R\$60.007 foram pagos à vista no momento da conclusão da transação e o restante será pago conforme cláusulas contratuais.

a.3) Outros credores

a.3.1) Contrato de mútuo com Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech ("TC&CT")

Em 26 de setembro de 2024, a Companhia e a Telefônica Cybersecurity & Cloud Tech (empresa do Grupo Telefônica), celebraram um contrato de mútuo no montante de 7,394 mil euros (equivalente a R\$44.991, valor principal), para que a Companhia tenha capacidade financeira para cumprir as obrigações pela aquisição da IPNET.

O valor principal, será corrigido diariamente, até a data da efetiva liquidação, pela taxa de Euribor 6M + 240 p.b. ao ano, desde a data de disponibilização do principal até a data do seu efetivo pagamento ("juros"). Os juros passaram a ser pagos semestralmente a partir de 27 de março de 2025 e o principal será pago em 27 de setembro de 2027.

Para mitigar a exposição ao risco foi contratado um swap trocando a totalidade da variação cambial e dos juros por CDI + 1,795% a.a..

a.3.2) Contrato de mútuo com a Telefônica Brasil

Em 27 de setembro de 2024, a Companhia e a Telefônica Brasil, celebraram um contrato de mútuo no montante R\$45.009 para que a Companhia tenha capacidade financeira para cumprir as obrigações pela aquisição da IPNET.

O valor principal, será corrigido diariamente, até a data da efetiva liquidação, pela taxa de CDI + 1,50% a.a., desde a data de disponibilização do principal até a data do seu efetivo pagamento ("juros"). Os juros passaram a ser pagos semestralmente a partir de 27 de março de 2025 e o principal será pago em 27 de setembro de 2027.

b) Cronograma de pagamentos (não circulante)

Ano	Arrendamentos	Passivos pela aquisição de sociedades		Outros credores	Total
		31.12.2025	31.12.2024		
2027	675	29.602	48.566	78.843	78.843
2028	249	29.602	45.008	75.859	75.859
2029	-	74.203	74.203	-	74.203
2030 em diante	-	23.476	23.476	-	23.476
Total	924	156.883	93.574	251.381	251.381

c) Movimentações

	Arrendamentos		Passivos pela aquisição de sociedades		Outros credores	Total
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.593	-	-	-	-	13.593
Ingressos	5.469	-	90.000	95.469	-	95.469
Combinação de negócios IPNET	-	-	163.792	163.792	-	163.792
Encargos financeiros (nota 22)	677	-	2.400	2.852	5.929	5.929
Varição cambial (nota 22)	-	-	-	2.598	2.598	2.598
Baixas (pagamentos) de principal	(6.020)	-	-	(6.020)	-	(6.020)
Baixas (pagamentos) de encargos	(529)	-	-	(529)	-	(529)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.190	-	166.192	95.450	274.832	274.832
Ingressos	3.093	-	-	-	-	3.093
Baixas por cancelamento	(1.692)	-	-	(1.692)	-	(1.692)
Encargos financeiros (nota 22)	191	61	8.292	9.461	18.005	18.005
Varição cambial (nota 22)	-	-	-	243	243	243
Incorporação - IPNET (nota 1.b.1)	-	2.011	-	-	2.011	2.011
Incorporação - IoTCo (nota 1.b.2)	797	-	-	-	797	797
Baixas (pagamentos) de principal	(12.161)	(250)	(3.792)	-	(16.203)	(16.203)
Baixas (pagamentos) de encargos	(907)	(61)	(66)	(9.027)	(10.061)	(10,061)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.511	1.761	170.626	96.127	271.025	271,025

18. RECEITAS DIFERIDAS

A Companhia reconhece como receitas diferidas os valores recebidos antecipadamente de clientes, antes que as obrigações de desempenho previstas nos contratos sejam cumpridas, sendo registradas como passivo circulante e/ou não circulante, de acordo com o prazo estimado de realização. Com o cumprimento das obrigações previstas, a Companhia transfere os valores para o resultado, em conformidade com o CPC 47, seguindo a competência dos serviços prestados e/ou dos produtos entregues. São os passivos contratuais com clientes, decorrentes da comercialização de licenças de software de serviços de cloud computing, sendo diferidos ao resultado na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 17 de julho de 2025, a Companhia realizou um aumento de capital no montante de R\$109.236, decorrente da incorporação da IoTCo (nota 1.b.2), com a emissão de 2.220.000 novas ações sem valor nominal da Companhia que foram conferidas aos acionistas da IoTCo na proporcão de suas respectivas participações no capital social da IoTCo na data da incorporação. Desta forma, o capital social subscrito e integralizado passou de R\$104.000 (dividido em 510.000 ações ordinárias) em 31 de dezembro de 2024, para R\$213.236 (dividido em 2.730.000 ações ordinárias) em 31 de dezembro de 2025.

b) Reserva de capital

Refere-se ao ajuste a valor presente dos valores, decorrente da celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual a Companhia alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia, para a TC&CT.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional bruta	1.943.310	1.328.299	2.191.129	1.399.294
Serviços	1.924.248	1.328.299	2.172.067	1.399.294
Mercadorias	19.062	-	19.062	-
Deduções da receita operacional bruta	(212.457)	(147.458)	(243.778)	(154.795)
Tributos	(212.417)	(147.450)	(243.740)	(154.798)
Serviços	(214.325)	(147.450)	(240.646)	(154.798)
Mercadorias	(3.094)	-	(3.094)	-
Descostos concedidos	(38)	(8)	(38)	3
Serviços	(38)	(8)	(38)	3
Receita operacional líquida	1.725.853	1.180.841	1.947.351	1.244.499
Serviços	1.709.885	1.180.841	1.931.383	1.244.499
Mercadorias	15.968	-	15.968	-

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros, materiais e outros custos e despesas	(1.481.704)	(1.033.848)	(1.671.001)	(1.084.624)
Depreciação e amortização ⁽ⁱ⁾	(16.934)	(9.445)	(23.651)	(11,577)
Pessoal	(168.100)	(109.034)	(219,285)	(124,256)
Custo das mercadorias vendidas	(9.166)	-	(9,166)	-
Aluguéis e seguros	(1.980)	(1.309)	(3,166)	(1,654)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	(21.836)	(2,804)	(21,899)	(2,135)
Total	(1.699.720)	(1.156.440)	(1.948.168)	(1.224.246)
Serviços	(1.616.751)	(1.127.761)	(1.797.177)	(1.176.229)
Despesas com comercialização	(68,224)	(14,085)	(73,622)	(15,500)
Despesas gerais e administrativas	(14,745)	(14,594)	(76,819)	(32,518)
Total	(1.699.720)	(1.156.440)	(1.948.168)	(1.224.246)

(i) Inclui R\$2.887 e R\$4.710, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos.

	Controladora			
	Trabalhista	Tributária	Cível	PPA (IPNET)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Ingressos (reversões), líquidos	150	-	249	-
Baixas por pagamento	(150)	-	-	(150)
Combinação de negócios (nota 21)	-	-	50	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	-	299	299
Ingressos (reversões), líquidos	-	-	(94)	(94)
Baixas por pagamento	-	-	(145)	(145)
Incorporação - IPNET (nota 1.b.1)	7.368	19.169	-	9.653
Incorporação - IoTCo (nota 1.b.2)	-	71	-	71
Atualização monetária (nota 21)	85	393	27	199
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.453	19.562	158	9.852
Saldos em 31 de dezembro de 2025				
Circulante	-	-	299	299
Não circulante	-	-	-	-
Total	7.453	19.562	158	9.852

	Consolidado			
	Trabalhista	Tributária	Cível	PPA (IPNET)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Ingressos (reversões), líquidos	150	-	249	-
Baixas por pagamento	(150)	-	-	(150)
Combinação de negócios IPNET	31.669	55.001	-	8.964
Atualização monetária (nota 21)	582	842	50	152
Saldos em 31 de dezembro de 2024	32.251	55.843	299	9.116
Saldos em 31 de dezembro de 2024				
Circulante	-	-	119	119
Não circulante	32.251	55.843	180	9.116
Total	32.251	55.843	299	9

continuação



Telefônica

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Instrumentos financeiros derivativos (nota 26)	2	2.475	1.840	2.475	1.840
Total de ativos financeiros Passivos Financeiros		512.722	260.248	512.722	260.248
Circulante					
Fornecedores (nota 14)	1	376.589	214.735	376.589	214.735
Empréstimos e Financiamentos, Arrendamentos e Outros					
Credores (nota 17)	1	19.644	18.443	19.644	18.443
Obrigações com partes relacionadas (nota 25)	1	958	1.166	958	1.166
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos, Arrendamentos e Outros					
Credores (nota 16)	1	251.381	256.389	251.381	256.389
Instrumentos financeiros derivativos (nota 26)	2	8.431	-	8.431	-
Total de passivos financeiros		657.003	490.733	657.003	490.733

Classificação por categoria: (1) Custo amortizado e (2) Mensurado à valor justo por meio do resultado

d) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

Cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outras. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga

a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2025.

Operação	Fatores de Risco	Controladora / Consolidado		
		Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda CDI)	5.956	7.445	11.168
Dívida em Euribor	Dívidas (Risco aumento CDI)	(5.956)	(7.445)	(11.168)
Exposição Líquida		-	-	-

Exposição líquida total em cada cenário

Efeito líquido na variação do valor justo atual

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2025, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos e o item protegido de estruturas designadas sob a metodologia de contabilidade de hedge de valor justo, foram considerados pelo seu valor justo.

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2025 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
CDI	14,90 %	18,63 %	22,35 %
Euribor	1,96 %	2,46 %	2,95 %

e) Política de gestão de riscos

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

e.1) Risco de taxa de câmbio
Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seus passivos não financeiros em moeda estrangeira.e.2) Risco de taxas de juros
Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes das parcelas pela aquisição da IPNET, das posições passivas de instrumentos financeiros derivativos (hedge cambial) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

e.3) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A pulverização de sua carteira de recebíveis, para os clientes não grupo, a seletividade de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Adicionalmente, para os clientes do grupo, não existem expectativas de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de baixo risco.

A Companhia investe o excesso de disponibilidade de R\$132.894 e R\$97.674 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

e.4) Gestão de capital
A gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito considerável perante as instituições financeiras e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

e.5) Risco de liquidez
O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pela Administração da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

e.6) Seguros
A política da Telefônica Brasil e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica.

Em 31 de dezembro de 2025, os limites máximos de indenização para a Companhia foram estabelecidos conforme o contrato global consolidado pela Telefônica Brasil que abrange suas controladas diretas e indiretas. Este contrato possui um limite máximo de indenização de R\$900.000 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R\$75.000 para responsabilidade civil geral, com cobertura mediante a natureza do sinistro de cada empresa.

A Administração da Companhia considera a cobertura de seguro suficiente para cobrir eventuais sinistros.

DIRETORIA

Debora Herédia Ignaico Bortolasi
Diretora PresidenteBreno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Diretor JurídicoMarco Antonio Martinz
Contador - CRC SP 350904/0-9

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alex Martins Salgado
Presidente do Conselho de AdministraçãoRodrigo Rossi Monari
Membro do Conselho de AdministraçãoBreno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Membro do Conselho de AdministraçãoMaria Jesús Almazor Marsal
Membro do Conselho de AdministraçãoElena Eloisa Maestre Tinao
Membro do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/0-5Ricardo Novaes de Queiroz
Contador
CRC 1DF012332/0-2